



RELATÓRIO E CONTAS 2024



MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO



2018/CEP.3031

Índice

1 .	Corpos Sociais -----	04
2 .	Organograma Institucional -----	05
3 .	Mensagem Mesa Administrativa -----	06
4 .	Considerações Gerais -----	08
5 .	Demonstrações Financeiras -----	41
6 .	Análise -----	44
7 .	Anexos -----	51
	Anexo -----	
	Certificação Legal das Contas -----	
	Parecer do Conselho Fiscal -----	



I. Corpos Sociais

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2023-2026

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Maria Gabriela Moreira Costa Sousa
Vice-Presidente	- José Luís Freitas Queirós
Secretários	- Maria Elisabete Ferreira Coelho

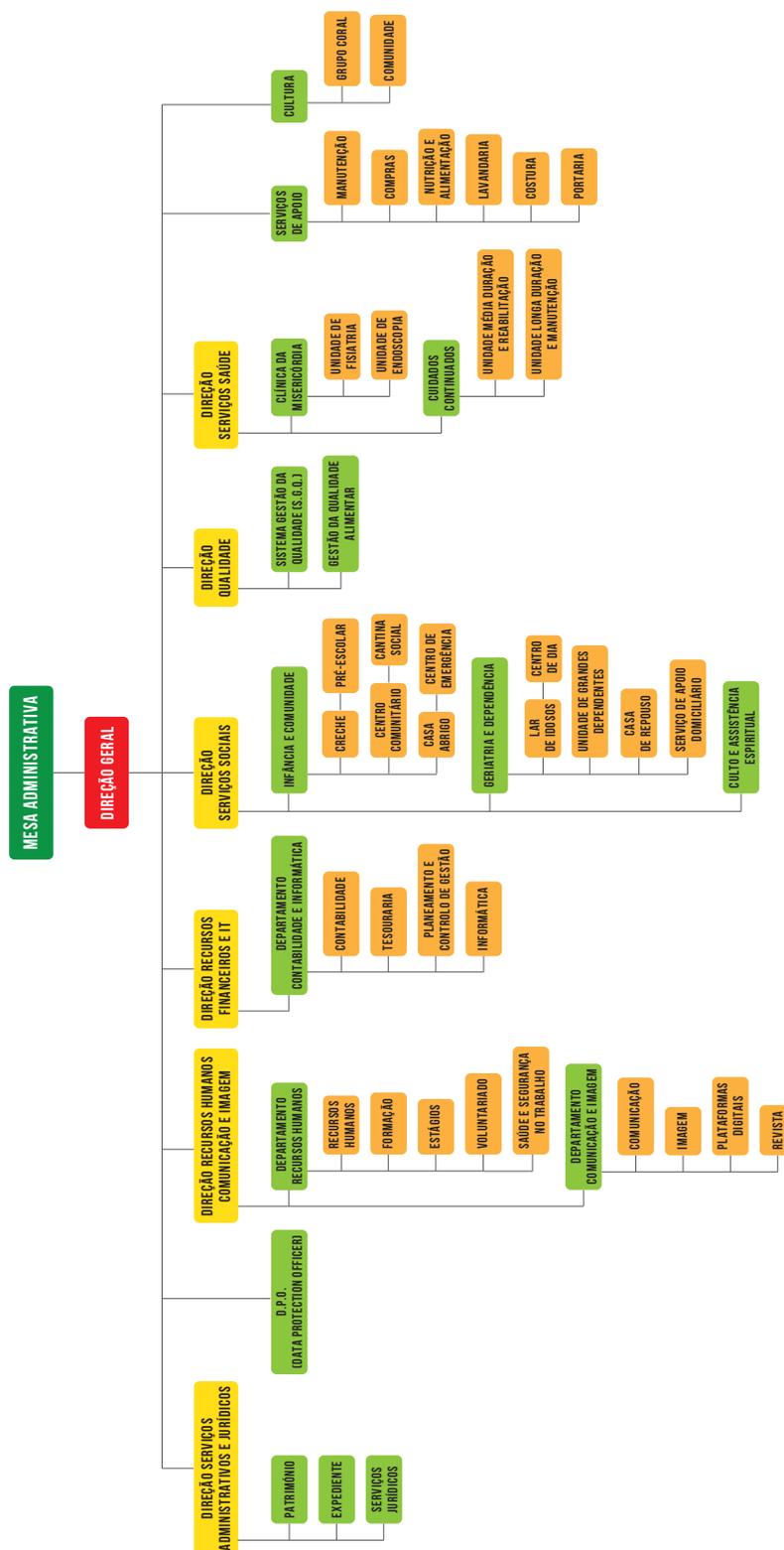
MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- José Pedro Castro Costa Morêda Miranda
Secretária	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Baptista
Vogais	- Hélder Roberto Vilela Araújo - Francisco Manuel Cardoso Faria - Lucília Maria da Costa Afonso
Substitutos	- António Lerenó Sousa Machado - José Luís de Sousa Marques

CONSELHO FISCAL

Presidente	- António Jorge Pereira Ribeiro
Vice-Presidente	- Artur Manuel Cunha Guimarães Santoalha
Secretário	- Albino Agostinho Martins Sousa
Substitutos	- Sérgio Miguel Azevedo Carneiro - Emílio Castelar Oliveira - Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

2. Organograma Institucional





3. Mensagem da Mesa Administrativa

Em 1498, ano em que Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia, as instituições de beneficência eram elementares e dispersas. Desde a fundação de Portugal, inspiradas pelo espírito de caridade cristã, foram criadas ordens religiosas e militares, confrarias e iniciativas particulares, que induziam homens de todas as classes sociais a atender às necessidades da comunidade.

Foi nesse contexto histórico que a Rainha D. Leonor reuniu o apoio do Frei Miguel Contreiras e de D. Jorge da Costa, o Cardeal Alpedrinha, para fundar a primeira Misericórdia portuguesa. Posteriormente, outras Misericórdias foram estabelecidas no país, sempre pautadas pelos "compromissos" e pelas "14 obras de Misericórdia", que abrangiam tanto aspetos espirituais quanto corporais.

Mas ainda antes da instituição da primeira Misericórdia, como prenúncio dessa grandiosa obra, a Rainha D. Leonor, em 1485, fundou uma confraria de caridade e o Hospital das Caldas da Rainha, dando-se os primeiros passos para a reforma da Assistência em Portugal.

Atualmente, as Misericórdias mantêm a sua missão histórica, continuando a respeitar os princípios enunciados nas "14 obras de Misericórdia". Existem, hoje, 388 Misericórdias ativas em Portugal, que diariamente apoiam cerca de 200 mil pessoas e contam com mais de 50 mil colaboradores diretos. O apoio prestado incide, sobretudo, nas áreas da ação social e da prestação de cuidados de saúde.

Mais de 500 anos depois, o legado da Rainha D. Leonor permanece vivo e constitui um pilar fundamental no auxílio às comunidades mais vulneráveis, nas áreas de Saúde, Social e Educação.

As Santas Casas da Misericórdia sempre se pautaram por tratar todos os seres humanos como irmãos, independentemente de raça, idioma ou cultura. Nesse sentido, instalaram e mantiveram hospitais e outros equipamentos de promoção e ação social, colocando-os à disposição de toda a população. Com o passar dos séculos, essas instituições cresceram em número, tanto em território português como além-mar, sendo levadas pelo mundo a bordo das naus e caravelas quinhentistas, disseminando assim uma mensagem de fraternidade e solidariedade a nível global. Ainda hoje, encontramos Santas Casas da Misericórdia em diversos países, como Índia, Japão, Espanha, Itália e em todas as nações africanas de língua portuguesa.

Em 1974, no seguimento das políticas de nacionalização da Revolução do 25 de Abril, houve uma tentativa de absorção estatal dessas instituições. Em resposta, as Misericórdias formaram a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), tendo-se afirmado com uma personalidade própria por meio de diversas iniciativas em todo o país.

Os 139 anos de existência da Misericórdia de Santo Tirso estão totalmente alinhados com os "compromissos" e as "14 obras de Misericórdia", mantendo o foco tanto nos aspetos espirituais quanto nos corporais.

A nossa missão é promover respostas e iniciativas que atendam às necessidades diagnosticadas na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e para a proteção dos grupos sociais mais vulneráveis.

A nossa ação, sustentada na responsabilidade, competência profissional, humanidade, ética, bem como na audácia, inovação e criatividade, é a nossa identidade, promovendo, pelos valores e princípios estabelecidos, acima de tudo, a dignidade humana. Procuramos, nesse caminho diário, a excelência na humanização dos serviços prestados e a qualidade que a certificação nos atribui.

Todas as pessoas que colaboram nesta missão estão motivadas, empenhadas, solidárias e comprometidas, impulsionadas pelo espírito de serviço e dedicação à comunidade.

ESCREVEMOS A NOSSA HISTÓRIA // SOMOS ROSTOS DE SOLIDARIEDADE

A Mesa Administrativa

Handwritten signatures of the Administrative Board members, including José dos Santos Pinto, João Carlos Costa, Alexandre Gabriel, António, Luísa, and Helder Roberto.



4. Considerações Gerais

Iniciámos o ano de 2024 com a seguinte frase:

“Uma meta é um sonho com um prazo. Somos aquilo que fazemos consistentemente.

Assim, a excelência não é um ato mas sim um hábito.”

Aristóteles

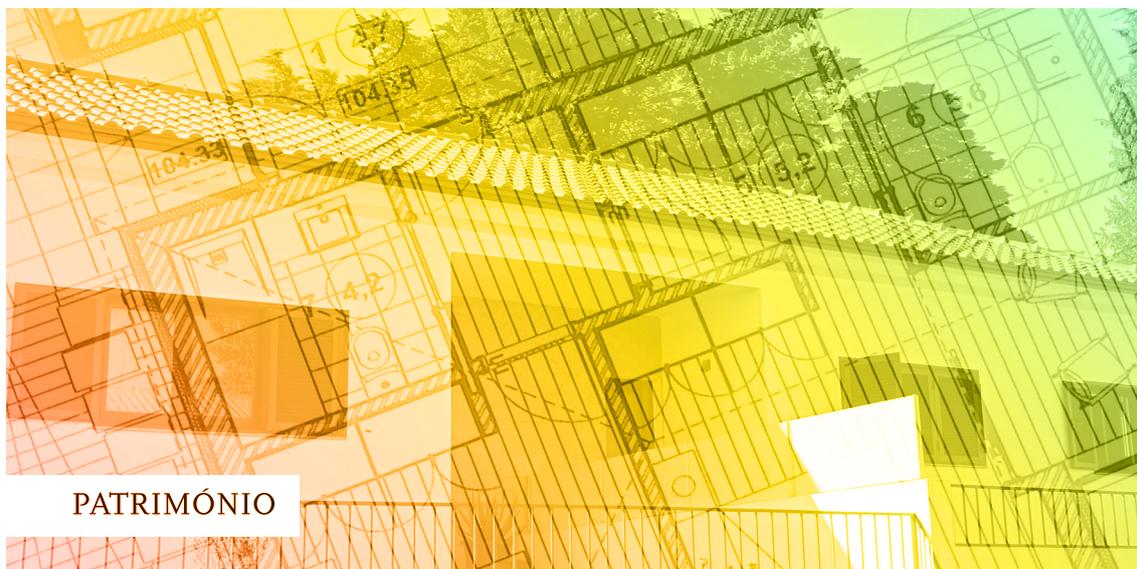
Esta é uma das nossas bases. Procuramos, no nosso caminho diário, a excelência na humanização dos serviços prestados e a qualidade que a certificação nos confere.

Todas as pessoas que colaboram nesta missão estão motivadas, empenhadas, com competência profissional, criatividade, inovação e qualidade. São solidárias e comprometidas, impulsionadas pelo espírito de serviço e dedicação à comunidade.

Nunca é demais dizer:

ESTAMOS AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

SOMOS ROSTOS DE SOLIDARIEDADE.



PATRIMÓNIO

No ano em análise, foi dada continuidade à reabilitação do Bairro da Misericórdia e foram iniciadas as diligências com os respetivos projetos e aprovação das licenças para o início dos trabalhos.

Foram iniciados os trabalhos de construção dos Serviços Centrais da Instituição, nas instalações da “ex-Fecoli”, onde estarão centralizados os serviços de Cozinha Central, Lavandaria e o Departamento de Compras da instituição.

A nossa aposta permanente na qualidade das instalações e nos serviços que prestamos levou à continuidade da renovação e remodelação constantes dos espaços existentes. Entre outros, foram realizados trabalhos na Casa de Repouso de Real, no Lar José Luíz d'Andrade, na Casa Abrigo D. Maria Magalhães e no Centro Eng.º Eurico de Melo.

Tal como anteriormente referido, mantivemos a nossa responsabilidade ambiental e ecológica, no seguimento das aprovações das candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que pressupõem a instalação de um Sistema VRV em substituição das atuais unidades de aquecimento (caldeiras a GPL e radiadores elétricos) na valência da Casa de Repouso de Real. Este sistema, além de proporcionar uma melhor comodidade, conforto e assistência aos/às nossos/as utentes, irá possibilitar uma economia energética de até 42%.

Estes trabalhos terão início no ano de 2025, à semelhança da candidatura aprovada para a Unidade de Dia e Promoção da Autonomia (UDPA), a ser desenvolvida no edifício da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração.



No seguimento do processo iniciado em 2014 pela Mesa Administrativa, e tal como nos anos 2022 e 2023, durante 2024 foi reiterado o alerta ao Estado Português e ao poder autárquico tirsense para a caducidade do “TERMO DE TRANSAÇÃO” celebrado entre a nossa Misericórdia e o Estado Português, datado de 13 de fevereiro de 2004. Neste termo, ficou acordado que as Quintas do Mosteiro, propriedade desta Santa Casa e arrendadas ao Estado com duração efetiva limitada para nelas funcionar a Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, terão de ser entregues à Misericórdia, livres de pessoas e coisas, até 31 de dezembro de 2025. Mais, foi lembrado que, nesse documento, assinado pelas partes no Tribunal Judicial de Santo Tirso (2.º Juízo Cível) na data acima referida, ficou acordado que todas as obras de que os prédios careçam, quer de conservação ordinária, quer extraordinária, ficarão a cargo do Estado.

Com o objetivo de obter informação precisa e rigorosa relativamente ao melhor valor que poderia ser obtido, caso o imóvel fosse arrendado em condições normais de mercado, foi realizada uma avaliação por perito qualificado. Mesmo correndo o risco de repetição, lembramos que o "Mosteiro de Santo Tirso", onde os prédios das referidas quintas se integram, é Monumento Nacional desde 1910.

Após a reunião com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Senhor Doutor Manuel Alexandre Homem Cristo, no passado dia 4 de setembro, na qual também esteve presente a DGEstE, a Instituição foi informada do interesse do Estado Português na concretização de um novo acordo, em que o arrendamento será feito pelo prazo de 20 anos, ficando a cargo do Estado Português todas as obras de que o imóvel careça. As obras que ainda estão por executar, conforme o relatório conjunto de 2014, serão realizadas em conformidade com os valores apresentados, sendo calendarizada a sua execução e conclusão.

A nossa missão é promover respostas e iniciativas que atendam às necessidades diagnosticadas na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e para a proteção dos grupos sociais mais vulneráveis.

O investimento no último quadriénio foi de € 2 968 819,36, tendo no ano de 2024 sido de € 512 710,36.



No ano em análise foram apresentadas 3 candidaturas ao PRR na área da saúde:

- Candidatura a uma Unidade de Dia e Promoção da Autonomia (UDPA), a ser desenvolvida no edifício da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração, com capacidade para 17 utentes em regime de Centro de Dia da RNCCI- aprovada, com abertura prevista para setembro 2025;
- Candidatura a duas tipologias da RNCCI (27 camas de Unidade de Paliativos e 35 camas de Unidade de Convalescença), no espaço do “Antigo Liceu/1º Hospital de Santo Tirso”- recusada a Unidade de Convalescença, foi apresentado novo projeto para 35 camas de Paliativos para o qual se aguarda resposta.

Aprofundámos a parceria com a Unidade Local de Saúde do Médio Ave (ULS Médio Ave), nomeadamente no protocolo de camas de retaguarda e na nossa Clínica de Gastroenterologia – Unidade de Endoscopia para a realização de exames endoscópicos.

Na Clínica de Fisiatria aumentámos a resposta para otimizar a lista de espera: reforçámos a equipa de Terapia da Fala na área da infância, e consolidámos o Gabinete de Medicina Dentária.

Na área Administrativa, iniciou-se o processo de informatização dos registos clínicos/ técnicos nas Unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados – RNCCI (SONHO v2), nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas – ERPI (SClínico) - parceria com os Serviços Partilhado do Ministério da Saúde – SPMS. Todos os keyusers tiveram formação com as equipas da SPMS, sendo o ano de 2025 o ano de colocação em prática deste grande projeto de transformação.



SOCIAL E EDUCAÇÃO

Como referíamos no Plano de Atividades e Orçamento para 2024, o objetivo da melhoria continua também passa por proporcionarmos melhor comodidade, conforto e assistência aos/às nossos/as utentes. Neste contexto, nas áreas Social e da Educação, foi mantido o investimento na modernização das valências.

Como é usual, persistimos na renegociação com a Segurança Social da comparticipação financeira para o funcionamento das respostas sociais, ao abrigo do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP).

Centro Comunitário de Geão / POAPMC / Cantina Social

- Projeto de Inovação Comunitária NOVA-SINA (intervenção e formação em metodologias participativas de intervenção comunitária) - financiamento da Fundação Aga Khan e Fundação La Caixa.
- Candidatura ao Programa GALP Energia Solidária.
- Articulação com o Programa Capacita In.
- Colaboração com a EAPN (semana da Interculturalidade, Semana de Combate à Pobreza e Exclusão Social, Campanha “Marcos de Democracia no Combate à Pobreza- 50 anos do 25 de Abril”, Mesa do Conselho Geral, Reuniões de Associados...).

- Parceria Projeto RAP (resposta de apoio psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica).
- Immersive Room (92 sessões na sala imersiva / sala interativa; 1282 participantes – idosos/crianças/técnicos; reunião de associados da EAPN, Centro Qualifica e outras instituições).
- Estágios curriculares/académicos em Serviço Social.
- Trabalho social voluntário (Março a Julho).
- Protocolo de Cooperação SAAS - CMST (75 processos; RSI + Ação Social).
- Centro Comunitário: 233 utentes (127 utentes RSI / 69 utentes Ação Social / 30 utentes CPCJ / 12 utentes RAP).
- Movimento: 51 processos RSI / 23 processos CPCJ / 26 processos Ação Social.
- Programa Pessoas 20-30 - Privação Material (que substituiu o Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas - POAPMC) - distribuição de alimentos a 30 pessoas (12 famílias).
- Cantina Social - distribuição de 57 refeições diárias protocoladas em embalagens descartáveis, com a colaboração da Junta de Freguesia (48 beneficiários em 2024).

Centro de Dia

- Continuidade do funcionamento nas instalações do CCG com acordo para 12 utentes.
- Fomento de iniciativas intervalências e intergeracionais (Tardes Dançantes, Boccia Sénior e Ateliers Avós e Netos).
- Atividades em Immersive Room e Sala Interativa.
- Programa Viver + (CMST) – Sessões de Terapia Ocupacional.
- Estágios curriculares/académicos.
- Total: 12 utentes / 58% mulheres + 42% homens.



- Média idades: homens 76 anos / mulheres 71 anos.
- Autonomia: 50% autónomos / 54% parcialmente dependentes (nível funcional e/ou cognitivo).
- Movimento: 3 admissões.
- Média de mensalidades: 326,58 euros (com acordo).

Lar José Luiz d'Andrade

- Programa Ativamente Saudável (continuidade) – rotinas diárias de atividade física adaptadas às características funcionais dos vários utentes, através do uso de equipamento específico de reabilitação e reforço físico e do jardim geriátrico (terapeuta ocupacional).
- Atividade em Immersive Room e Sala Interativa (continuidade) – convívio, uso de ferramentas de contacto com o exterior; jogo; viagens.
- Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico (dinamização com apoio de psicóloga e assistente social).
- Programa Santo Tirso Ativo – CMST (Sessões de Boccia e Ginástica Geriátrica).
- Baú das Letras – parceria da Biblioteca Municipal.
- Projeto Viver+ (colaboração com a Rede Social em iniciativas dirigidas aos utentes com défices cognitivos a beneficiar de uma equipa – assistente social, psicóloga e terapeuta ocupacional).
- Outras iniciativas (momentos musicais/Universidade Sénior, “Yoga do Riso”, voluntariado juvenil, Radio Voz Santo Tirso, colónia de Praia, felicitários individuais e mensais).
- Programa de Literacia Digital (CMST).
- Estágios curriculares/académicos.
- Total: 74 utentes / 66% mulheres + 34% homens.

- Média de idades: 81 anos.
- Autonomia: 86% utentes com dependência parcial ou grave (apenas 14% de utentes autónomos) / 67% com défice motor / 84% problemas do foro mental, 40% com quadro demencial.
- Tempo médio de permanência: 5 anos.
- Movimento: 8 admissões / 7 falecimentos.
- Média das mensalidades: 542,59 euros.

Lar Dra. Leonor Beleza

- Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico (dinamização com apoio de psicóloga e assistente social).
- Iniciativas ocupacionais para/com os utentes.
- Projeto Viver+ (colaboração com a Rede Social em iniciativas dirigidas aos utentes com défices cognitivos).
- Outras iniciativas (momentos musicais, felicidários individuais e mensais entre outras atividades com o envolvimento de colaboradores e de voluntários).
- Levantamento das necessidades de utentes, recursos humanos, equipamentos, manutenção e qualificação das instalações físicas e redefinição de tarefas e responsabilidades.
- Total: 93 utentes.
- Média de idades: 78 anos.
- Autonomia: 97% utentes com dependência parcial ou grave / 88% com défice motor / 93,5% alterações das funções mentais, 75% quadro demencial.
- Tempo de permanência: 70% entre 1 a 5 anos.
- Movimento: 14 admissões / 16 falecimentos.
- Média das mensalidades: 613 euros.



Casa de Repouso de Real

- A aguardar o Alvará de funcionamento pela Segurança Social (há mais de 2 anos).
- Atividades de ocupação regulares (yoga do riso, torneio de sueca e de Boccia, bingo, taças tibetanas, danças ...).
- Outras iniciativas (momentos musicais, felicidários individuais e mensais entre outras atividades com o envolvimento de voluntários no interior e no exterior).
- Revitalização do Grupo Companhia dos Sons.
- Dinamização de Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico.
- Boccia Sénior + Ginástica geriátrica (CMST).
- Baú das Letras (Biblioteca).
- Projeto Viver + (terapia ocupacional e avaliação psicológica).
- Serviços-extra: Fisioterapia Domiciliar + Podologia Domiciliar.
- Total: 68 utentes / 75% mulheres+25% homens.
- Média de idades: 87 anos.
- Autonomia: 78% utentes com dependência parcial ou grave / 68% com défice motor / 49% quadro demencial.
- Tempo de permanência: 24% entre 1 a 2 anos.
- Movimento: 7 admissões / 9 falecimentos / 9 admissões temporárias / 5 utentes admitidos em Protocolo Hospitalar.
- Média das mensalidades: 993,42 euros.
- Disponibilização média mensal de 14 camas de retaguarda hospitalar: 37.908 euros/mês.

Serviço de Apoio Domiciliário

- Revisão do Acordo de Santo Tirso na sequência de visita da Segurança Social.
- Divulgação de outros serviços da Instituição (ERPI e Centro de Dia).
- Apresentação de situações de risco social junto de entidades competentes.
- Apresentação de casos para a compensação financeira por situações de demência.
- Total: 86 utentes / 64% mulheres+36% homens.
- Média de idades: 81 anos.
- Autonomia: 74% utentes com dependência parcial ou grave / 33% diabetes / 33% quadro demencial.
- Tempo de permanência: 27% entre 2 a 3 anos.
- Movimento: 37 admissões / 41 desistências (54% falecimentos, 24% integrações institucionais).
- Média das mensalidades: 273,27 euros.

Jardim de Infância

- Tema projeto Pedagógico “ Um Mundo melhor”, relacionado com o tema ambiental.
- Protocolo com Trevo do Sucesso para atividades extra-curriculares.
- Plataforma digital “Educabiz” para comunicação com os pais.
- Parceria com a ESE de Paula Frassinetti em estágios do mestrado em Educação pré-escolar.
- Ateliê intergeracional “Avós e Netos”.
- Dia da Biblioteca Escolar: divulgação e venda de livros com parceria Agathabook’s.
- Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância: realização de um laço azul gigante com a participação das famílias.



- Dia Mundial da Rádio: visita das salas dos 4 e 5 anos a um programa de rádio em direto.
- Total: 64 crianças-creche / 63 crianças-pré-escolar.
- N.E.E.: 1 criança com diagnóstico de Perturbação de Espectro de Autismo, 1 criança com acompanhamento em terapia da fala / ocupacional.
- Ano letivo 2024/2025: medida de Gratuitidade “Creche Feliz” abrange todas as salas de Creche.
- Mensalidades em pré-escolar: 75 a 180 euros (maior incidência).

Casa Abrigo D. Maria Magalhães / Centro de Emergência IRIS

- Candidatura ao Programa Pessoas (Portugal 2030) para 10 Vagas de emergência (aprovação Fevereiro 2024).
- Verba de Autonomização (7 famílias apoiadas) - 62,69% taxa de execução.
- Candidatura à Campanha IKEA Novos Recomeços (apoio ao arrendamento 2 agregados familiares).
- Parceria Projeto Criar para acompanhamento psicológico das crianças e mulheres acolhidas na CA (7 pessoas).
- Estágio de Psicologia do Mestrado de Psicologia Clínica Forense (ISMAI).
- Donativos
 - » Garcia e Garcia: Parque infantil (19.474 euros), presentes de Natal e produtos diversos
 - » Centros de Estudos “Raiz ao Quadrado” e “(A)fia”: recolha de brinquedos
 - » Hôma: artigos de casa e de decoração para a autonomização e reintegração das famílias
 - » Farmácia Vilalva: artigos de puericultura

- » Pacto para a Violência (LÓreal/CIG): artigos de beleza e cosmética.
- Dia da Mulher: Ação concelhia “Preto no branco” distribuição de guardanapos por 30 entidades.
- Dia Municipal para a Igualdade:
 - » Palestra MaiorIdades “Não há Impossíveis” com Paulo Azevedo
 - » RouPa SuJa / RouPa LimPa (instalação para sensibilização para os valores da igualdade, inclusão e participação)
 - » Descomplica (visualização e discussão de episódio sobre a Igualdade com crianças de 5 anos na Immersive Room).
- Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres: Campanha em parceria com a ACIST, com o apoio da Grandes Planos.
 - » Distribuição de 200 vinis nas montras dos estabelecimentos comerciais e instituições de primeira linha
 - » Afixação de lonas em locais estratégicos
 - » Ação de sensibilização sobre violência no namoro – Escola Profissional Cidenai).
- Total Casa Abrigo (CA): 65 utentes (25 mulheres+40 menores / 25 raparigas+15 rapazes).
- Movimento CA: 40 pessoas (novos acolhimentos).
- Média de idades CA: 36 anos (mulheres); 7 anos (menores).
- Nacionalidades CA: 15 Portuguesas, 5 Brasileiras, 2 Cabo-Verdianas; 1 Búlgara, 1 Bangladesh e 1 Filipina.
- Tempo médio de permanência CA: acolhimento 8 meses / cessação 6 meses / reintegrações 9 meses.
- Total Centro de Emergência (CE): 135 utentes (69 mulheres+66 menores / 37 raparigas + 29 rapazes).



- Média de idades CE: 35 anos (mulheres) 5 anos (menores).
- Nacionalidades CE: 44 Portuguesas, 7 Brasileiras, 1 Ucraniana, 1 Angolana, 1 Colombiana, 3 Cabo-verdianas, 1 Francesa, 2 Guineenses, 2 Romenas, 1 Moldava, 2 Filipinas, 1 Bangladesh, 1 Búlgara, 1 Sul-Africana.
- Tempo médio de permanência CE: 28 dias.



QUALIDADE

No ano de 2024 foram realizadas 2 auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade:

- **Auditoria externa** pela APCER (18,19 e 20/03/2024):
 - » 2 Não Conformidades (sobre a avaliação dos fornecedores e questões de segurança/rede de incêndios)
 - » 1 área sensível (sobre a necessidade de utilização do símbolo atualizado)
 - » 20 oportunidades de melhoria, que foram tratadas convenientemente.

A equipa auditora confirmou a concretização dos objetivos da auditoria e que o Sistema de Gestão da Qualidade está estruturado de modo a assegurar o cumprimento dos requisitos aplicáveis, de acordo com a norma de referência NP EN ISO 9001:2015, tendo a preocupação com a melhoria contínua.

- **Auditoria Interna** pela Equipa Auditora interna (2 e 3/12/2024)
 - » 3 Não Conformidades (existência de documentos não controlados, verificação desajustada dos registos e preenchimento incompleto de registos)
 - » 16 oportunidades de melhoria.

A Auditoria constituiu um meio de avaliação do funcionamento do Sistema de Gestão da Qualidade e respetiva adequação aos requisitos da Norma, bem como de avaliação da eficácia do SGQ em prol da satisfação dos/as clientes, numa perspetiva de melhoria contínua, mesmo que por amostragem e nos serviços que a EA considerou mais significativos.



A equipa auditora dispensou o Centro Comunitário de Geão, o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário desta auditoria, dado que todas estas respostas sociais foram alvo de visita de acompanhamento técnico da Segurança Social, no ano em análise (18/07/2024).



RECURSOS HUMANOS

Em 2024, o Departamento de Recursos Humanos manteve o compromisso na promoção de um local de trabalho dinâmico alinhado com os desafios e as metas estratégicas institucionais. O ano foi marcado pela continuidade de iniciativas voltadas para o desenvolvimento do potencial humano, com enfoque na estabilidade, no bem-estar dos/as colaboradores/as, na promoção de competências e no reforço da cultura organizacional.

Sabemos e reconhecemos que o capital humano continua a ser o maior diferencial competitivo da nossa Misericórdia de Santo Tirso e, por isso, continuámos a priorizar a gestão dos recursos humanos como uma das grandes chaves do nosso sucesso.

Capacitação e Desenvolvimento

Investimos de forma contínua no desenvolvimento profissional, proporcionando oportunidades formativas em diversas áreas, com o objetivo de melhorar as competências técnicas e comportamentais das nossas equipas. Para reforçar as ações internas, apostamos em parcerias com entidades credíveis/acreditadas, criando novas oportunidades de aprendizagem para todos os níveis hierárquicos.

Saúde e Bem-estar

Acreditamos que um ambiente de trabalho saudável é fundamental para o desempenho profissional. Por isso, implementámos ações que promovem o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, bem como iniciativas de saúde mental e física, como incentivo à prática de exercício físico, nomeadamente Pilates.



Neste âmbito, a promoção e atualização periódica do “M+” (pacote de benefícios iniciado em 2022), tem o propósito de promover a satisfação, o bem-estar e a motivação no trabalho.

Diversidade e Inclusão

A diversidade é um pilar essencial da nossa cultura organizacional. Em 2024, intensificámos as nossas ações de inclusão para criar um ambiente mais acolhedor e representativo. Focámo-nos em promover a igualdade de oportunidades, implementando políticas que asseguram um tratamento justo e sem discriminação, nomeadamente, nos processos de recrutamento, seleção e desenvolvimento.

Recrutamento e Seleção

A identificação e retenção de talentos continua a ser uma prioridade para as organizações. A Misericórdia de Santo Tirso não é alheia a esta necessidade, exponenciada por um mercado cada vez mais volátil e dinâmico. Em 2024, fomos ainda mais criteriosos nos processos de recrutamento e seleção, com o objetivo de atrair profissionais qualificados e alinhados com os nossos valores. Adicionalmente, voltamos a atenção para o reconhecimento do desempenho de excelência.

Tecnologia e Inovação em RH

A transformação digital é eminente em qualquer área ou departamento. Em 2024 pesquisamos, auscultamos e reunimos com empresas de software de forma a implementar novas ferramentas de gestão de pessoas que possibilitem maior agilidade nos processos e melhor análise de dados. A inovação continua a ser uma chave estratégica para otimizar as nossas operações e promover a excelência.

Caracterização dos/as Colaboradores/as (c/ ref.ª a 31.12.2024)				
Valência/Serviço	Total (M/H)	Idade* Média (min-max)	Antiguidade* Média (min-max)	Escolaridade (Moda)
CA/CE	7 (7/0)	52 (40-65)	18 (1-40)	Ens. Superior (3)
CCG	7 (7/0)	50 (32-61)	22 (3-39)	Ens. Superior (3) 3º CEB (3)
CEEM	16 (14/2)	47 (28-60)	20 (1-30)	Ens. Superior (10)
Clínicas	42 (35/7)	38 (24-59)	9 (0-38)	Ens. Superior (27)
CRR	60 (56/4)	45 (23-66)	11 (0-40)	Ens. Secundário (26)
JI	24 (24/0)	53 (34-67)	22 (0-46)	Ens. Superior (7)
JLA	43 (41/2)	44 (18-67)	13 (0-39)	Ens. Secundário (18)
LB	62 (57/5)	47 (21-66)	15 (0-39)	3º CEB (22)
SAD	19 (19/0)	39 (18-62)	9 (0-27)	Ens. Secundário (7)
Serv. Alimentação	27 (26/1)	47 (18-65)	11 (0-48)	Ens. Secundário (8) 3º CEB (8)
Serv. Apoio	30 (20/10)	50 (33-63)	19 (0-38)	3º CEB (11)
UCCM	38 (35/3)	40 (23-66)	8 (0-38)	Ens. Superior (22)
UCCL	28 (25/3)	35 (24-62)	4 (0-24)	Ens. Superior (16)
Total	403 (366/37)	44 (0-67)	13 (0-48)	12º Ano (123)

* Em anos.



Avaliação da Satisfação dos/as Colaboradores/as 2024

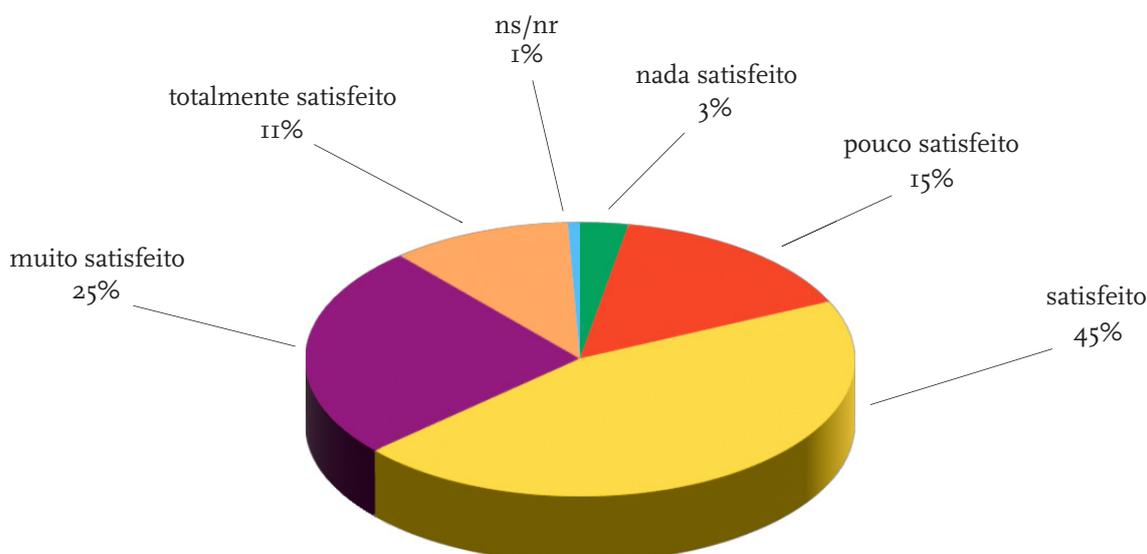
A satisfação dos/as colaboradores/as mantém-se um elemento de destacada importância para a manutenção do nosso Sistema de Gestão da Qualidade.

Em 2024, o questionário de avaliação criado para o efeito foi disponibilizado através de um link para que os/as colaboradores/as pudessem aceder online, de forma individual, salvaguardando assim a privacidade das respostas dadas.

Neste sentido, e no presente ano em análise, verificamos um aumento de cerca de 15% no número de colaboradores/as respondentes relativamente ao ano de 2023 (281 vs 243) – tx de resposta de 69,5%, que garante a representatividade da amostra.

O quadro que se segue apresenta os resultados em termos de satisfação nos diferentes parâmetros avaliados, constatando-se resultados francamente positivos.

Avaliação da Satisfação dos/as Colaboradores/as 2023 (n=244) vs 2023 (n=281)			
Parâmetro	2023	2024	Antiguidade* Média (min-max)
Contexto Organizacional	77%	76%	↓
Cooperação e Comunicação	83%	81%	↓
Mudança e Inovação	80%	76%	↓
Reconhecimento e Recompensa	67%	64%	↓
Relação com Chefias	86%	87%	↑
Política e Estratégia	78%	79%	↑
Posto de Trabalho	83%	85%	↑
Qualidade	80%	80%	↑



No que concerne à Avaliação Global, e apesar de ter sido registado um aumento de cerca de 15% no número de respondentes relativamente a 2023, observamos que o nível de insatisfação mantem a mesma percentagem total de 18%. Relativamente à satisfação global, esta apresenta um valor total de 81%, francamente positivo e, percentualmente, ligeiramente acima do encontrado no ano anterior (1%).

Os resultados obtidos permitiram ainda concluir que os/as colaboradores/as continuam a responder muito afirmativamente e a demonstrar que sentem que trabalham numa Instituição inovadora e em permanente mudança, manifestando vontade para aceitar novos desafios e/ou funções.

Por outro lado, e no seguimento do que tem sido evidenciado ao longo dos anos, a condição de saída dos/as colaboradores/as relaciona-se maioritariamente com questões financeiras, ou seja, colocam a referida hipótese caso surja uma proposta mais apelativa a esse nível.

Na resposta aos questionários também foi possível aos/às respondentes incluírem sugestões e/ou comentários (respostas não padronizadas) que, ainda que sejam a expressão de opiniões pessoais, foram alvo da devida atenção e consideração.



Formação

A formação e o desenvolvimento pessoal são pilares essenciais para o crescimento individual e profissional dos/as colaboradores/as. O investimento contínuo da Misericórdia de Santo Tirso neste âmbito, reflete o reconhecimento da relevância desta área e o compromisso institucional neste âmbito.

A capacitação dos/as trabalhadores/as é de elevada importância para o sucesso organizacional, sustenta a prestação de serviços de qualidade e contribui para criação de um ambiente de trabalho mais motivador, promovendo a coesão entre as equipas, estimulando a inovação e a criatividade e fortalecendo a identidade institucional.

O maior desafio que temos vindo a sentir, mais do que oferecer oportunidades formativas e de crescimento, prende-se com dificuldades na adesão por parte dos colaboradores/as.

Internamente, decorreram ainda ações *On job* (observação e partilha de conhecimentos em contexto de trabalho com vista ao aperfeiçoamento de competências), ações no âmbito administrativo e legal (organização dos tempos de trabalho; procedimentos no âmbito da legislação laboral; software de gestão) e outras de carácter abrangente/interdisciplinar.

Complementarmente, ao longo do ano, diversos/as colaboradores/as frequentaram ações de formação (curta e média duração) promovidas por entidades externas (congressos, workshops, formação certificada).

Atividade Formativa Interna Relevante (2024)			
Ação de Formação	Duração	Edições	Participantes
Acolhimento, Integração Institucional e Prática em Contexto de Trabalho	42H	9	81 (78 admissões; 3 realocações)
SONHO V2 – Key Users	30H	1	12
RVCC – parceria CESP	30H	1	6
Gestão de Stress e Gestão de Conflitos (UFCD 4651) – parceria IEF	25H	1	18
Gestão de Conflitos (UFCD 1531) – parceria IEF	25H	1	13
Primeiros Socorros (UFCD 3564) – parceria IEF	25H	1	17
Literacia sobre o Envelhecimento – parceria CMST	24H	2	40
SONHO V2 – Perfil Enfermagem	13H	1	7
SONHO V2 – Perfil Médico/a	7H	1	5
SONHO V2 – Perfil Nutrição	7H	1	3
SONHO V2 – Perfil Serviços Social	7H	2	8
Relacionamento Interpessoal e Gestão de Conflitos	4H	8	41
SClínico – software de uniformização dos procedimentos dos registos clínicos	4H	4	36
Alimentação dos 0 aos 6 anos de vida	2H30	1	23
Organização de Emergência	2H	11	223
Estatuto do Cuidador Informal	2H	1	17
Riscos Profissionais	1H	14	189
Precauções Básicas do Controlo de Infecção	1H	3	30
Total	693H30		



Estágios e Voluntariado

As parcerias, nomeadamente com outras organizações, instituições de ensino ou empresas, potenciam sinergias, criando uma rede de apoio e partilha de recursos e gerando benefícios mútuos. Mais, fomentam a cooperação, inovação e inclusão social.

Um exemplo de contribuição desta instituição para a ciência e o desenvolvimento, em 2024, foi a colaboração em 26 estudos/projetos de investigação (de âmbito universitário e outros), na sequência do que vem sendo prática em anos anteriores.

Concretamente, os estágios académicos e as experiências de voluntariado são exemplo de ligação da instituição à comunidade, pelo estabelecimento de parcerias que enriquecem todos os intervenientes, promovem o desenvolvimento pessoal/profissional dos indivíduos e constituem uma ferramenta de intervenção e transformação social.

Os estágios representam uma excelente forma de aplicar o conhecimento adquirido no âmbito académico, proporcionando experiências no mercado de trabalho que favorecem o desenvolvimento de competências técnicas e interpessoais e permitem que os estagiários conheçam a dinâmica profissional e compreendam melhor o setor em que desejam atuar. No ano em análise foram integrados 35 estágios.

O voluntariado, por sua vez, é uma maneira valiosa de contribuir para causas sociais, ao mesmo tempo que promove um crescimento pessoal significativo: desenvolve a empatia, potencia o trabalho em equipa, fortalece o vínculo com a comunidade e proporciona uma sensação de propósito e impacto positivo. Em 2024, acolhemos 12 voluntários em nome individual e 9 grupos de voluntariado e estreamos a iniciativa “Voluntariado na Primeira Pessoa” – no âmbito do Dia Internacional do Voluntário (ONU), demos a conhecer rostos de solidariedade que, com frequência e de forma altruísta, se associaram às causas da Misericórdia de Santo Tirso, oferecendo o seu tempo e potenciando a qualidade do trabalho que desenvolvemos.



Dando seguimento ao cumprimento da legislação vigente, mantivemos a nível institucional, o cumprimento das responsabilidades inerentes, nomeadamente:

- Verificação e cumprimento das recomendações efetuadas, no sentido do respeito pelo cumprimento das obrigações constantes do RGPD e da lei;
- Cooperação com a autoridade de controlo, sempre que tal se apresente necessário;
- Estabelecimento de elo de contacto dos titulares dos dados relativamente a todas questões relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais;
- Sensibilização dos vários intervenientes ao nível do tratamento de dados efetuado institucionalmente para que, em todas as fases do tratamento, desde a recolha à destruição, sejam observados os princípios do registo e tratamento de dados;
- Sensibilização de todos/as colaboradores/as para a importância da deteção atempada de incidentes de segurança e para a necessidade de informar/transmitir qualquer ocorrência neste âmbito ao responsável pela segurança.



Neste sentido, foram aplicados os procedimentos internos instituídos neste âmbito nas seguintes atividades desenvolvidas:

1. Novos/as colaboradores/as:

Valências	Nº de Colaboradores/as
Saúde	17
Casa de Repouso de Real	5
Jardim de Infância	3
Lar Dra. Leonor Beleza	13
Lar José Luiz D'Andrade	7
Centro Comunitário de Geão	2
Serviço de Apoio Domiciliário	14
Outros Serviços	3
Total	64

2. Estruturas Residenciais para Idosos/Infância e Comunidade/Irmãos:

Candidaturas	Nº Titular de Dados
Estruturas Residências para Idosos	176
Infância e Comunidade	141
Admissão de Irmãos/ãs	8
Total	325



TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Em meados de 2024, implementámos o Projeto Printing, que trouxe impactos significativos em áreas como a segurança da informação, o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade de serviço prestado aos profissionais. Esta iniciativa reforçou a continuidade do processo de desmaterialização e introduziu novos equipamentos que, além de cumprirem os atuais standards energéticos, oferecem funcionalidades que promovem a poupança de papel e elevam os níveis de segurança e qualidade.

Paralelamente, a Instituição continua a promover a transformação digital dos seus processos, consolidando uma posição de liderança no terceiro setor. Neste contexto, no final de 2024, iniciámos a requalificação do DataCenter, criando condições para um crescimento sustentável e sem limitações de espaço. Este projeto irá incrementar a capacidade de processamento e armazenamento da informação, garantindo as condições necessárias para alta disponibilidade e segurança.

Adicionalmente, a aquisição dos novos equipamentos constitui um passo fundamental na estratégia de transformação digital, proporcionando suporte ao alinhamento tecnológico da Misericórdia com o SNS. Destaca-se ainda o protocolo estabelecido com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), que tem como objetivo integrar os sistemas de informação utilizados nos Hospitais Públicos do SNS – como SONHO, SClínico, PEM, entre outros – ao ecossistema tecnológico da Misericórdia. Este processo incluiu formação específica para os colaboradores das diversas áreas envolvidas, realizada entre outubro e novembro de 2024.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental é aplicadamente uma preocupação para a Misericórdia de Santo Tirso. Em 2024 a Misericórdia de Santo Tirso esteve na sua busca por soluções alternativas e sustentáveis. Sempre tendo em consciência a preservação do meio ambiente, ao longo do ano a instituição estudou novas medidas, alargou cuidados, implementou novos recursos e afinou novas estratégias:

- Na sequência de Candidatura efetuada ao Plano de Recuperação e Resiliência “Investimento TC-C13-i03 – Eficiência Energética em Edifícios de Serviços” com decisão favorável, em 2024 concluiu-se o processo de consulta prévia de fornecedores e respetiva adjudicação com vista a instalação de um Sistema VRV em substituição das atuais unidades de aquecimento (caldeiras a GPL e radiadores elétricos) na valência Casa de Repouso de Real. Com esta medida que irá causar um grande impacto nos consumos energéticos da valência calcula-se uma redução anual do consumo energético de 41,7%. Pretendem-se criar condições adequadas à segurança e conforto das pessoas, reduzindo os consumos energéticos, garantindo a sua funcionalidade e eficiência.
- Persistente consciencialização dos hábitos de consumo de utentes e colaboradores, alertando para o impacto ambiental e económico da utilização eficiente de energia;
- Preservação e limpeza de matas da instituição procurando prevenir incêndios e contribuindo no equilíbrio da fauna e da flora, bem como procurando diminuir a poluição ambiental;

- Renovação gradual de equipamentos tecnológicos com a aposta crescente em materiais e tecnologia “verde”;
- Substituição progressiva de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de baixo consumo;
- Aplicação contínua de redutores de fluxo de água nas torneiras, chuveiros e autoclismo;
- Instalação de novos temporizadores e sensores de presença;
- Instalação de relógios para melhor gestão do uso de energias;
- Consciencialização para a utilização do papel e outros materiais descartáveis de forma mais consciente;
- Registo no SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente), desde 2007, para controlo de resíduos onde são validados guias eletrónicas de recolha de resíduos hospitalares, óleos alimentares, embalagens, vidro, papel e cartão, plástico e componentes perigosas retiradas de equipamentos;
- Utilização de Sistema de Gestão de Resíduos fazendo a devida separação de materiais para reciclagem e resíduos biológicos;
- Realização de estudos de eficiência energética e definição de estratégias e prioridades de investimentos a concretizar a curto prazo.

Mais que um dever, a instituição quer ser exemplo de responsabilidade social também na área ambiental, otimizando condutas e reforçando estratégias que promovam a sustentabilidade e o respeito pelo meio ambiente. Confiamos que esta aposta conduzirá não apenas a benefícios ambientais, como também proveitos económicos, sociais e culturais tanto a curto como a médio e longo prazo.



COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O trabalho desenvolvido pelo Departamento de Comunicação e Imagem é responsável por projetar uma imagem contemporânea da instituição, com enfoque na sua identidade visual, impressa e digital. Pretendemos reforçar laços de proximidade com diferentes públicos, recorrendo a diversos canais de comunicação: Redes sociais, Site institucional, Revista da Misericórdia, Newsletter, Emails, Vídeos e Imprensa.

O Departamento pretende assegurar o desenvolvimento da política de comunicação externa e interna da Misericórdia, acompanhando a inovação digital e interativa, não esquecendo também os meios de comunicação mais tradicionais, criando uma difusão da informação de forma mais unificada e acessível a todos/as.

O ano 2024 foi marcado pela continuidade na estratégia de informação/diálogo, consolidada pela presença assídua nas redes sociais e pela atualização de suportes de comunicação visual. Tivemos como objetivo estratégico aumentar a notoriedade da nossa marca, elevando a visibilidade das nossas ações, associadas a conceitos gráficos - como foram exemplo os Rostos de Solidariedade e a campanha 25N - entre outros. O objetivo de conseguirmos mais doadores, parceiros e voluntários que fortaleçam a continuidade da nossa missão, associada à qualidade dos serviços, credibilidade e confiança faz parte do preconizado no Plano de Marketing em vigor.

Estes objetivos traduziram-se num conjunto de imagens, conceitos, instrumentos e ações desenvolvidas ao longo do ano e enquadradas na nossa política de comunicação estratégica, em complementaridade com a dinâmica interna assente numa prestação

de cuidados que nos orgulhamos de partilhar, privilegiando sempre a dignidade de quem é envolvido. Assim, segue-se a síntese das dinâmicas de comunicação de 2024:

- Criação/Renovação de projetos comunicação corporativos:
 - » Vídeo para Campanha de Consignação IRS;
 - » Portfólio com objetivo de reforço na política de mecenato/angariação de doadores que apoiem causas sociais.
- Comunicação através das Redes Sociais e Plataformas Online:
 - » Gestão de conteúdos com especial impacto nas Páginas **Facebook** (223 publicações e mais de 50.000 visitas à página, traduzindo um aumento de 59% face a 2023/2022) e **Instagram** (207 publicações e mais de 17.000 visitas à página, traduzindo um aumento de 306% face a 2023/2022);

Facebook

	Gostos e reações	Alcance	Partilhas	Visualizações
IRS SOLIDÁRIO Vídeo · Misericórdia de Santo Tirso	38	16,2 mil	17	29,7 mil
Emissão em direto na Rádio Voz Santo Tirso 107.4FM , durante a tarde. ... Vídeo · Misericórdia de Santo Tirso	145	15,6 mil	56	18,3 mil
Hoje é Dia do/a Colaborador/a na Misericórdia de Santo Tirso! A institui... Foto · Misericórdia de Santo Tirso	90	6,6 mil	21	16,7 mil
Foi anunciada ontem pelo Senhor Primeiro Ministro, Dr. Luís Montenegr... Foto · Misericórdia de Santo Tirso	78	6,9 mil	33	16,5 mil
Na matriz da nossa ação estão mais de 2500 nomes que são o objetivo ... Vídeo · Misericórdia de Santo Tirso	110	3,4 mil	37	10,9 mil
Voluntariado na Primeira Pessoa A 5 de dezembro celebra-se o Dia Inter... Foto · Misericórdia de Santo Tirso	68	3,9 mil	7	9,1 mil

Obs: A publicação “IRS Solidário” foi a mais vista (publicação patrocinada), seguindo-se a emissão ao vivo na Rádio STS, Dia do Colaborador, Passagem do Hospital para a Misericórdia, Vídeo Institucional e Voluntariado na Primeira Pessoa.



Instagram

	Gostos e reações	Alcance	Partilhas	Visualizações
A 25 de Novembro, assinala-se o Dia Internacional pela Eliminação da V... Foto · misericordia_santotirso	81	6,6 mil	39	9,1 mil
Foi anunciada ontem pelo Senhor Primeiro Ministro, Dr. Luís Montenegr... Foto · misericordia_santotirso	67	2,9 mil	12	4,1 mil
“És tu que decides se ficas deitado no chão.” Paulo Azevedo (Ator e Pale... Foto · misericordia_santotirso	36	2,1 mil	7	3,5 mil
Rugas que (não) dizem 100 anos... É assim foi a comemoração do cente... Foto · misericordia_santotirso	88	2 mil	5	2,7 mil
Aqui é Natal... Foto · misericordia_santotirso	103	1,8 mil	2	2,5 mil
Na matriz da nossa ação estão mais de 2500 nomes que são o objetivo ... Reel · misericordia_santotirso	70	1,7 mil	8	--

Obs: A publicação “25N” foi a mais vista, seguindo-se a Passagem do Hospital para a Misericórdia, MaiorIdades, Rugas que (não) dizem 100 anos, Aqui é Natal, Vídeo Institucional.

- » Difusão de *Newsletter* - canal de comunicação privilegiado com os Irmãos da instituição, tendo-se registado um aumento de Irmãos incluídos na mailing list face a 2023 (subiu de 26% para 45%);
- » Transmissão da Missa de Aniversário em direto, via Facebook, permitindo maior participação à distância de utentes e comunidade em geral;
- » Atualização estrutural e de conteúdos no Site institucional (www.iscmst.pt);
- » Atualização estrutural/conteúdos na Intranet e Youtube, bem como divulgação no LinkedIn;
- Aposta na Comunicação Imprensa/Visual/Digital:
 - » Edição 47 e 48 da **Revista da Misericórdia**, subordinada aos temas “Identidade” e “Audácia”, respetivamente;
 - » Apoio na conceção de diferentes suportes de comunicação/divulgação:
 - *Cartazes/Programas/Convites* para iniciativas internas/externas (10);
 - Substituição do *Banner* na Casa de Repouso e Totem na Unidade Endoscopia;

- Atualização do *lettering* em vinil em diferentes espaços e viaturas da instituição;
- Criação de *Tote Bags* “Rostos de Solidariedade”;
- » Assessoria de imprensa em diferentes media (Imprensa local, regional e nacional, bem como Rádio e TV), destacando-se 30 presenças na comunicação social.
- Organização de Eventos/Momentos de aproximação com diferentes instituições e públicos;
 - » Organização da comemoração do **139º Aniversário da ISCMST**;
 - » Organização do Evento **MaiorIdades “Não há Impossíveis”** (200 participantes);
 - » Organização do **Jantar de Natal** de Colaboradores/as (230 participantes);
 - » Orientação de Estágio IEFP “Técnico de Organização de Eventos”, num total de 210 horas, fortalecendo parceria com **Rádio Voz Santo Tirso**, aproximando utentes e famílias, através de 7 programas de Discos Pedidos ao vivo;
 - » Apoio na organização do momento **Projeto Printing** (oferta de 25 impressoras aos/às colaboradores/as);
 - » Campanha **25N**;
 - » **Voluntariado na Primeira Pessoa**, homenagem a Voluntários/as da ISCMST;
 - » Participação com texto “Enquadramento Histórico - ISCMST” na edição nº 1 da Revista Cultural da Misericórdia de Évora.



CULTURA

A nível cultural, o Coral da Misericórdia continuou a divulgar o nome da Misericórdia de Santo Tirso quer no concelho quer no país, pelos concertos que realizou e pelos intercâmbios estabelecidos com outros grupos. No ano de 2024, destacou-se o concerto anual realizado nos Claustros da Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, que encerrou as comemorações do 25º aniversário do Coral e celebrou os 139 anos da Instituição e os 50 anos de Abril.

Em 2024 iniciou-se a parceria com o Festival Cidnay Vale do Ave, através da realização de uma oficina musical para os utentes da Misericórdia de Santo Tirso e do apoio na divulgação desta iniciativa artística de promoção da música clássica.

Relativamente ao Auditório “Centro Eng.º Eurico de Melo”, por constrangimentos legais relativos à sua licença, a sua utilização manteve-se diminuta e a nível interno, como é exemplo o evento MaiorIdades 2024.

5. Demonstrações Financeiras

BALANÇO

31 de dezembro de 2024

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 Dec 2024	31 Dec 2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	34.362.024,39	34.646.456,47
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	7	53.983,21	54.280,23
Outros créditos e ativos não correntes			
		<u>34.416.007,60</u>	<u>34.700.736,70</u>
Ativo corrente			
Inventários	6	44.502,59	54.127,19
Créditos a receber	9	758.711,03	680.058,66
Estado e outros entes públicos	13	72.784,87	73.639,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	9.575,00	6.677,50
Diferimentos	13	36.560,01	42.054,84
Outros ativos correntes	7	505.791,20	573.043,41
Caixa e depósitos bancários	13	1.225.625,76	1.358.474,72
		<u>2.653.550,46</u>	<u>2.788.076,02</u>
Total do ativo		<u>37.069.558,06</u>	<u>37.488.812,72</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	3.117.461,88	3.117.461,88
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	9	1.413.282,66	1.850.336,23
Excedentes de revalorização	9	18.922.066,71	19.227.594,72
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	8,9	4.409.244,76	4.267.519,63
		<u>27.862.056,01</u>	<u>28.462.912,46</u>
Resultado líquido do período		<u>(288.487,83)</u>	<u>(742.581,58)</u>
Total dos fundos patrimoniais		<u>27.573.568,18</u>	<u>27.720.330,88</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	7	5.770.820,20	5.530.119,07
Financiamentos obtidos	9	1.159.916,58	1.265.363,34
		<u>6.930.736,78</u>	<u>6.795.482,41</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	9	396.011,39	558.801,40
Estado e outros entes públicos	13	380.235,55	337.912,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9		
Financiamentos obtidos	9	114.446,76	448.446,76
Diferimentos	13	72.195,86	69.979,09
Outros passivos correntes	9	1.602.363,54	1.557.859,91
		<u>2.565.253,10</u>	<u>2.972.999,43</u>
Total do passivo		<u>9.495.989,88</u>	<u>9.768.481,84</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>37.069.558,06</u>	<u>37.488.812,72</u>

A Contabilista Certificada

A Mesa Administrativa

Liliana Reis

Luís Lopes

Luís Lopes



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	13	9.577.847,65	4.973.063,81
Subsídios, doações e legados à exploração	8	354.245,96	4.471.580,88
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(1.027.868,95)	(1.048.506,64)
Fornecimentos e serviços externos	13	(1.545.658,45)	(1.419.075,40)
Gastos com o pessoal	10	(7.702.172,78)	(7.275.024,75)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)	7	(282.489,82)	(781.043,92)
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13	1.338.151,45	1.186.844,72
Outros gastos	13	(175.264,96)	(40.737,43)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		536.790,10	67.101,27
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(782.780,89)	(762.830,27)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(245.990,79)	(695.729,00)
Juros e rendimentos similares obtidos		358,48	358,43
Juros e gastos similares suportados	13	(42.855,52)	(47.211,01)
Resultado antes de impostos		(288.487,83)	(742.581,58)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(288.487,83)	(742.581,58)

A Contabilista Certificada

Liliana Neto

A Mesa Administrativa

Jose Pinheiro
João de Jesus
João de Jesus
João de Jesus

Liliana Neto

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		10.121.889,04	5.342.354,55
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		(2.538.109,36)	(2.450.581,00)
Pagamentos ao pessoal		(5.308.387,17)	(4.870.596,95)
Caixa gerada pelas operações		2.275.392,51	(1.978.823,40)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(1.986.341,69)	2.555.988,88
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		289.050,82	577.165,48
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(500.402,22)	(559.185,17)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		487.481,44	9.862,11
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			424.093,51
Subsídios ao investimento		73.932,30	17.500,00
Juros e rendimentos similares		358,48	358,43
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		61.370,00	(107.371,12)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(439.446,76)	(4.458,76)
Juros e gastos similares		(43.823,02)	(48.178,35)
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(483.269,78)	(52.637,11)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(132.848,96)	417.157,25
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.358.474,72	941.317,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.225.625,76	1.358.474,72

A Contabilista Certificada

Uliana net

A Mesa Administrativa

Josep Pinero
José Pinero
Lucas Apun



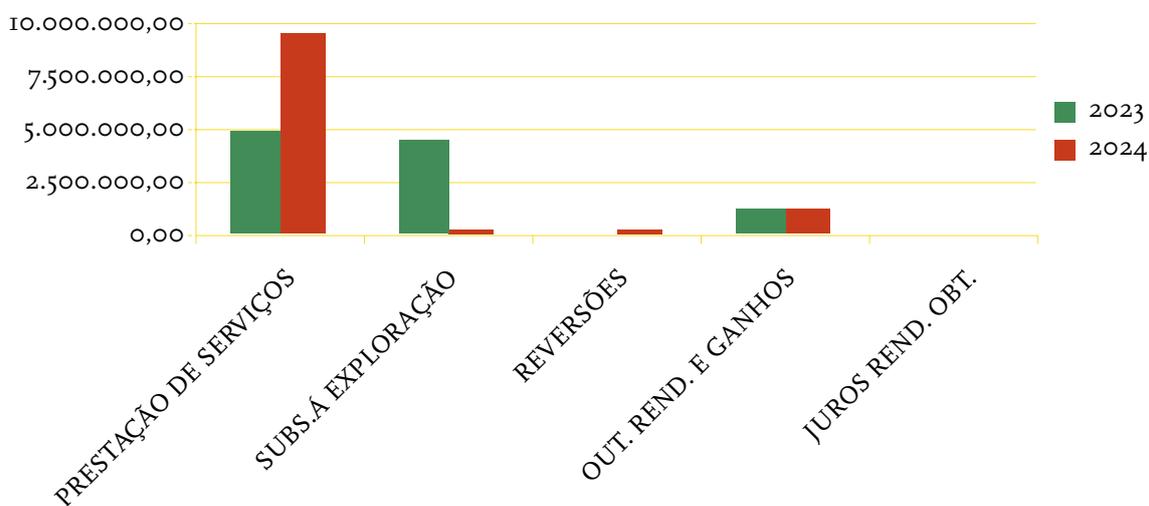
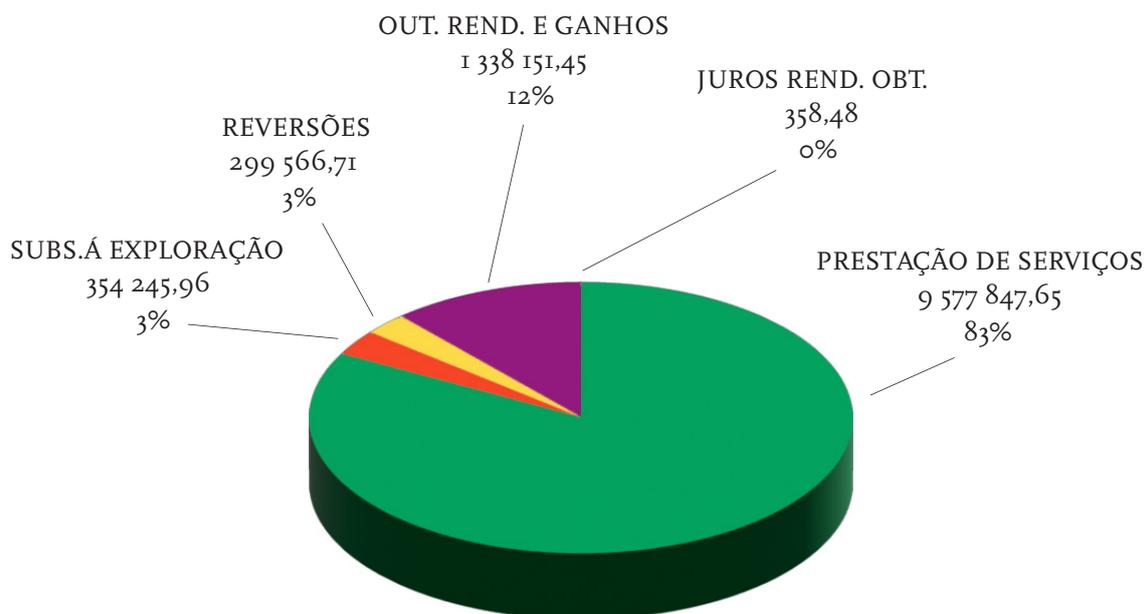
6. Análise

Rendimentos

	2023	2024	DIF.	DIF. %
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.973.063,81	9.577.847,65	4.604.783,84	92,59%
SUBS.À EXPLORAÇÃO	4.471.580,88	354.245,96	-4.117.334,92	-92,08%
REVERSÕES	22.827,14	299.566,71	276.739,57	1212,33%
OUT. REND. E GANHOS	1.186.844,72	1.338.151,45	151.306,73	12,75%
JUROS REND. OBT.	358,43	358,48	0,05	0,01%
TOTAL	10.654.674,98	11.570.170,25	915.495,27	8,59%

Verifica-se um aumento dos Rendimentos de 8,59% (€ 915.495,27), devido ao seguinte:

- Conforme alteração do normativo contabilístico, nesta análise teremos de ter em consideração a soma das rubricas Prestação de Serviços e Subsídios, Doações e Legados à Exploração. Assim verifica-se um aumento de 5,16% (€ 487.448,92), essencialmente devido ao crescimento da Área da Saúde em 6,14% (€148.558,00), bem como o protocolo existente com o Centro Hospitalar do Médio Ave - C.H.M.A., para a cedência de camas de retaguarda na Casa de Repouso de Real;
- Aumento da rubrica Outros Rendimentos e Ganhos em 12,75% (€ 151.306,73) essencialmente devido ao crescimento dos Rendimentos de Imóveis e Correções Relativas a Períodos Anteriores.





Gastos

	2023	2024	DIF.	DIF. %
C.M.V.M.C.	1.048.506,64	1.027.868,95	-20.637,69	-1,97%
F.S.E.	1.419.075,40	1.545.658,45	126.583,05	8,92%
GASTOS C/PESSOAL	7.275.024,75	7.702.172,78	427.148,03	5,87%
DEPREC. E AMORTIZAÇÕES	762.830,27	782.780,89	19.950,62	2,62%
PROVISÕES	803.871,06	582.056,53	-221.814,53	-27,59%
OUTROS GAST. PERDAS	40.737,43	175.264,96	134.527,53	330,23%
JUROS E GASTOS SIM.	47.211,01	42.855,52	-4.355,49	-9,23%
TOTAL	11.397.256,56	11.858.658,08	461.401,52	4,05%

Os Gastos apresentam um aumento de 4,05% (€ 461.401,52), devido essencialmente ao seguinte:

- Diminuição da rubrica C.M.V.M.C. em 1,97% (€ 20.637,69) essencialmente devido a:
 - » Controlo dos gastos em Material Clínico em 3,66%, (€ 10.265,00);
 - » Controlo dos gastos em Matérias-primas Subsidiárias e de Consumo (material de limpeza e outros) em 13,99% (€ 21.256,00);
- Verificou-se um aumento da rubrica F.S.E. em 8,92% (€ 126.583,05) devido ao seguinte:
 - » Aumento na rubrica Eletricidade em 149,90% (€ 95.971,00) pelo facto de no ano de 2023 ter havido um benefício inerente ao contrato com a empresa fornecedora, bem como a existência de uma bonificação atribuída em consequência da guerra Rússia/Ucrânia;
 - » Diminuição da rubrica de Gás em 5,24% (€ 15.602,00) devido à aposta institucional na eficiência energética;
 - » Diminuição na rubrica de Material de Escritório em 36,59% (€ 10.349,00) essencialmente pela implementação do Projeto Printing;

- Aumento da rubrica de Gastos C/ Pessoal em 5,87% (€ 427.148,03) principalmente pelas atualizações salariais globais em 2024, atualização do Salário Mínimo Nacional e respetivas repercussões nas restantes remunerações;
- Aumento da rubrica Outros Gastos e Perdas em 330,23% (€ 134.527,53) devido essencialmente ao aumento das correções relativas a períodos anteriores.

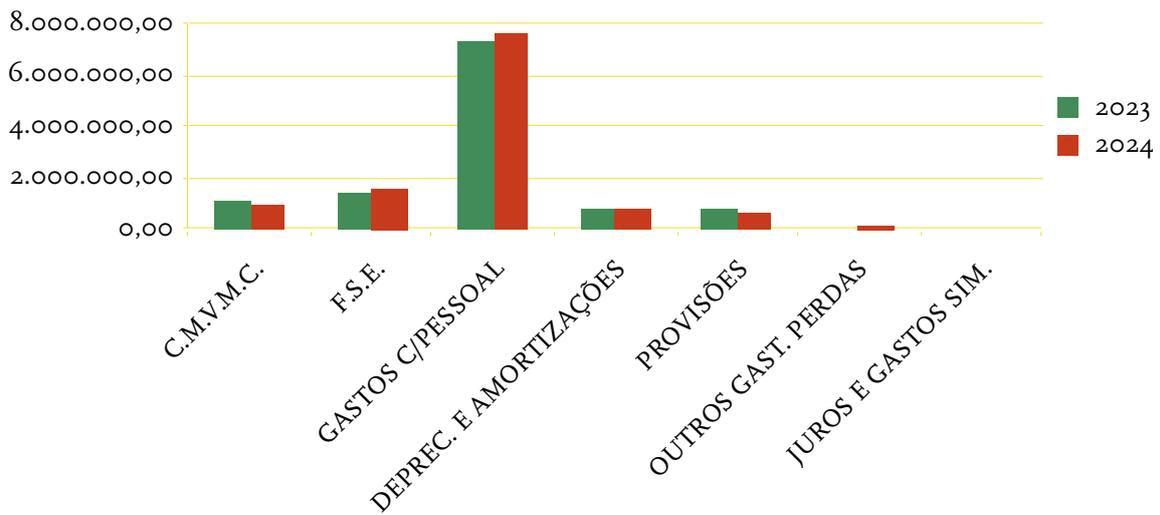
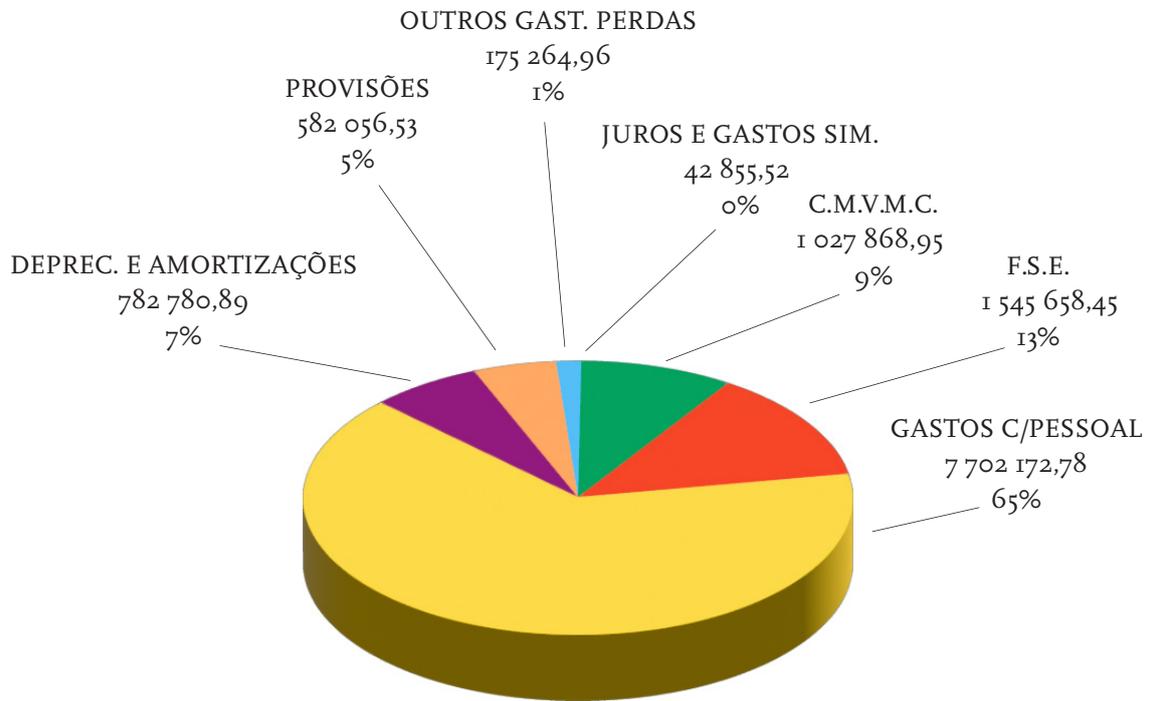
NOTA:

Com base nos cálculos efetuados no fecho do ano em análise, resulta uma reversão na valência Casa de Repouso de Real e Provisões nas valências Lar José Luiz d'Andrade e Dra. Leonor Beleza.

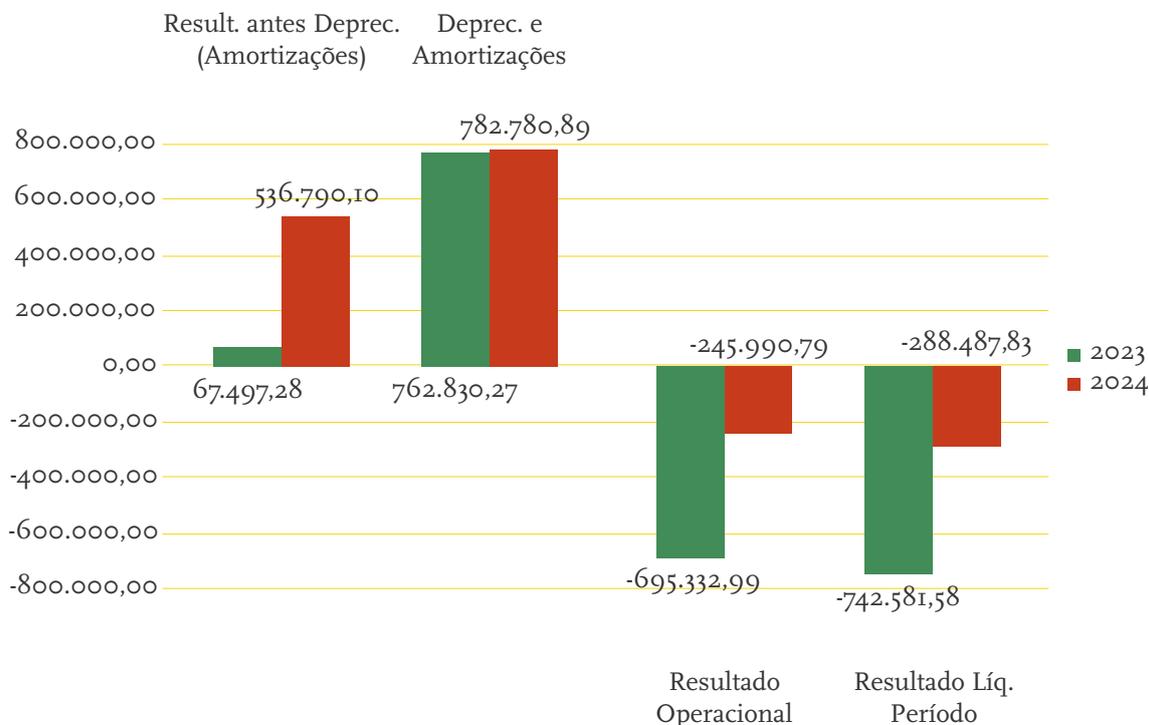
Assim, são explicados o aumento da rubrica Reversões em 1212,33% (€ 276.739,57) e a diminuição na rubrica Provisões de 27,59% (€ 221.814,53).

Esclarece-se que temos por objeto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência. Neste caso em concreto, a instituição tem a responsabilidade de garantir as necessárias condições de acolhimento aos seus utentes mediante a sua esperança média de vida. Este valor tem vindo anualmente a ser ajustado à nossa realidade e ao número de utentes institucionalizados;

O controlo nas rubricas de Gastos refletem a constante preocupação em seguir uma rigorosa política de gestão, onde diariamente é desafiado o empenho, dedicação, profissionalismo, transparência e capacidade de sacrifício de todos/as os/as colaboradores/as da instituição.



RESULTADOS



RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO: - € 288.487,83

DEPREC: e AMORTIZAÇÕES: € 782.780,89

PROVISÕES: € 582.056,53

REVERSÕES: € 299.566,71

	2024
Provisões	582.056,53
Reversões	299.566,71
Deprec. e Amortizações	782.780,89
Resultado Líquido	-288.487,83
Meios Libertos	776.782,88



Proposta de Aplicação de Resultados:

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido negativo do período, no montante de € 288.487,83, seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados: - € 288.487,83

NOTAS:

REAL VS ORÇADO

É demonstrativo o cuidado no rigor orçamental e a apologia feita aquando da apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2024, projetamos com prudência as receitas e num cenário pessimista as despesas.

INVESTIMENTO

O valor do investimento no ano de 2024 foi de € 512.710,36, com destaque para os trabalhos feitos na Casa de Repouso de Real, Lar José Luis d'Andrade, Casa Abrigo D. Maria Magalhães, no Centro Eng.º Eurico de Melo e a contínua renovação/melhoramento do parque informático.

No último quadriénio (2021-2024), foram investidos € 2 968 819,36, tendo os Meios Libertos neste período sido de € 5 204 625,75.

PROVISÕES

Reitera-se que tendo estas por objeto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência, a instituição tem a responsabilidade de garantir as necessárias condições de acolhimento aos seus utentes mediante a sua esperança média de vida.

Anexos

Anexo

*Certificação Legal
das Contas*

*Parecer do
Conselho Fiscal*



**MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO**



Índice

1.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	2
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	4
4.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	10
5.	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	12
6.	INVENTÁRIOS	12
7.	PROVISÕES	13
8.	SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS.....	13
9.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	15
10.	BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	16
11.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	17
12.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	17
13.	OUTRAS DIVULGAÇÕES	17



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO**, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social nos termos do nº1 do artigo 1º do estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83 de 25 de Fevereiro registada na Direção Geral de Ação Social em 14-09-83 no livro das Irmandades da Misericórdia, fls.141 e 141 verso sob o nº 55/83, com sede em Rua da Misericórdia, 171, 4780-501 – Santo Tirso.

Exerce a sua atividade no campo social, competindo-lhe para a prossecução dos seus objetivos:

- Promover o diagnóstico e implementação de medidas na área da saúde, ação social e afins;
- Estabelecer redes e parcerias com entidades públicas ou privadas para a definição e concretização de estratégias de ação;
- Criar e dinamizar valências para servir a comunidade ou grupos sociais específicos e franjas sociais mais desfavorecidas;
- Garantir o funcionamento das respostas sociais criadas;
- Promover a qualidade dos serviços prestados, de modo a garantir o bem-estar dos utentes;
- Garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação social;
- Promover iniciativas de formação profissional ou de carácter educativo / formativo, para ativos e/ou elementos externos à Instituição, de modo a contribuir para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos mesmos;
- Divulgar as ações desenvolvidas aos Irmãos e à comunidade local;
- Preservar o seu património com valor histórico e artístico;
- Recorrer a iniciativas de financiamento nacionais e comunitárias para a prossecução dos seus fins;
- Gerir o seu património de rendimento, segundo critérios de eficiência e rentabilidade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);



- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foi utilizada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF – ESNL”), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Instituição se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior, exceto quanto à reclassificação efetuada na sequência da orientação da Comissão de Normalização Contabilística (FAQ nº 39) relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, em que, se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços. Nesse seguimento, foram reclassificados os montantes relativos a estes acordos da rubrica Subsídios, doações e legados à exploração para a rubrica Vendas e serviços prestados:

	2024 (Vendas e serviços prestados)	2023 (Subsídios, doações e legados à exploração)
Instituto Segurança Social (Acordos de Cooperação - típicos)	2.978.450,03	
ARS (Acordos de Cooperação - típicos)	1.461.843,16	
Instituto Segurança Social (Acordos de Cooperação - típicos)		2.552.564,38
ARS (Acordos de Cooperação - típicos)		1.352.460,70



Para além do referido, não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Instituição que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011 (data de transição para NCRF–ESNL) encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição deduzido de depreciações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e eventuais perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo), com exceção dos terrenos e edifícios, relativamente aos quais, a Instituição optou pelo modelo de revalorização, dado que a generalidade dos mesmos foi adquirida antes de 1999, não sendo possível identificar de forma inequívoca o seu valor de aquisição. Neste sentido, o processo de avaliação dos imóveis foi finalizado em 2016.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas de imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que estas difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciáveis, são também transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

Os ativos atribuídos a título gratuito, por herança ou doação, são mensurados ao justo valor, o qual é determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente.

O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os bens subjacentes estejam disponíveis para uso.



As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Instituição age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço do ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, no caso deste ser inferior. Os inventários adquiridos a título gratuito são mensurados pelo valor realizável líquido/valor de mercado atribuído pelo fornecedor.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

f) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido



seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

g) Instrumentos financeiros

i) Utentes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de utentes e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu custo, deduzidas no de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

v) Investimentos financeiros

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. Os outros investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.



h) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Instituição é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro.

i) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

j) Rédito

O rédito relativo a venda de bens e prestação de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Instituição, é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

k) Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.



Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio que se torne reembolsável é contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio é aplicado em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso é reconhecido imediatamente como um gasto.

As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos depreciáveis, em que é reconhecido em outras variações nos fundos patrimoniais, sendo transferidas, numa base sistemática, para resultados, na das depreciações dos bens a que respeitam.

l) Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Instituição quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que



sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

o) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Instituição classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, de utentes, de subsídios relacionados com rendimentos, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de juros.

3.2 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Instituição no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.4 Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. No período, não verificou-se igualmente qualquer alteração de estimativas contabilísticas, nem qualquer reconhecimento de erros.



4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Ver nota 3.1 a)

b) Método de depreciação usado e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

	Vida útil	Taxa de depreciação
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 - 50	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	25,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	6	16,66%

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2024							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Investimentos em curso	TOTAL
Quantia escriturada bruta:								
Saldo inicial	8.607.914,62	29.984.400,45	1.643.428,67	520.650,62	686.907,73	990.941,95	87.453,00	42.521.697,04
Adições		431.791,57	40.194,24	21.990,00	7.298,63	11.435,93	6.354,88	519.065,25
Revalorizações								-
Alienações e abates			(5.903,81)	(35.490,00)	(24.721,90)	(13.588,73)		(79.704,44)
Transferências			122,26		(0,36)			121,90
Saldo final	8.607.914,62	30.416.192,02	1.677.841,36	507.150,62	669.484,10	988.789,15	93.807,88	42.961.179,75
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial		4.912.808,35	1.521.967,68	403.802,99	585.938,10	450.723,45	-	7.875.240,57
Adições		644.402,57	56.506,83	33.206,45	32.277,50	16.528,63	-	782.921,98
Revalorizações								-
Alienações e abates			(5.903,81)	(14.787,50)	(24.726,58)	(13.588,73)	-	(59.006,62)
Transferências	-	-		-	0,03	(0,60)	-	(0,57)
Saldo final	-	5.557.210,92	1.572.570,70	422.221,94	593.489,05	453.662,75	-	8.599.155,36
Quantia escriturada	8.607.914,62	24.858.981,10	105.270,66	84.928,68	75.995,05	535.126,40	93.807,88	34.362.024,39



2023								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Investimentos em curso	TOTAL
Quantia escriturada bruta:								
Saldo inicial	8.432.914,62	29.408.763,35	1.609.810,64	485.396,29	622.912,28	977.804,14	83.025,00	41.620.626,32
Adições	175.000,00	317.066,60	33.619,00	35.254,33	63.996,52	13.165,87	262.998,50	901.100,82
Revalorizações								-
Alienações e abates						(27,99)		(27,99)
Transferências		258.570,50	(0,97)		(1,07)	(0,07)	(258.570,50)	(2,11)
Saldo final	8.607.914,62	29.984.400,45	1.643.428,67	520.650,62	686.907,73	990.941,95	87.453,00	42.521.697,04
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial		4.290.110,74	1.456.984,58	367.428,18	565.564,83	432.349,75	-	7.112.438,08
Adições		622.697,61	64.983,10	36.374,81	20.373,06	18.401,69	-	762.830,27
Revalorizações						(27,99)		(27,99)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	0,21	-	-	0,21
Saldo final	-	4.912.808,35	1.521.967,68	403.802,99	585.938,10	450.723,45	-	7.875.240,57
Quantia escriturada	8.607.914,62	25.071.592,10	121.460,99	116.847,63	100.969,63	540.218,50	87.453,00	34.646.456,47

4.2 Divulgações sobre restrições, garantias

- Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

Ativos fixos tangíveis dados como garantia	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor do passivo 31.12.2024
UCC Longa Duração	2.168.335,31	Financiamento ao abrigo do IFRRU 2020 (Santander)	1.265.363,34

4.3 Ativos fixos tangíveis revalorizados

Ativos fixos tangíveis	Quantia escriturada	Excedente de revalorização	Quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados
Terrenos e recursos naturais	8.607.914,62	6.019.743,09	2.588.171,53
Edifícios e outras construções	24.858.981,10	12.902.323,62	11.956.657,48
Total	33.466.895,72	18.922.066,71	14.544.829,01



5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Divulgações sobre ativos intangíveis:

a) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

2024	
	Programas de computador
Quantia escriturada bruta:	
Saldo inicial	147.457,46
Adições	-
Alienações e abates	(22.796,71)
Transferências	-
Saldo final	124.660,75
Amortizações acumuladas:	
Saldo inicial	147.457,46
Adições	-
Alienações e abates	(22.796,71)
Transferências	-
Saldo final	124.660,75
Quantia escriturada	-

6. INVENTÁRIOS

6.1 Quantia total escriturada de inventários

	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	44.502,59	54.127,19
Perdas por imparidade acumuladas		
Quantia escriturada	44.502,59	54.127,19

6.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

	2024	2023
Inventário inicial	54.127,19	46.122,56
Compras	1.019.406,11	1.061.783,55
Reclassific. e regularização de inventários	1.161,76	5.272,28
Inventário final	44.502,59	54.127,19
Gasto do período	1.027.868,95	1.048.506,64



7. PROVISÕES

7.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	31.12.2023	Movimento 2024	31.12.2024
Responsabilidades futuras em lares	5.460.490,51	302.500,66	5.762.991,17
Processos judiciais em curso	69.628,56	(61.799,53)	7.829,03
Quantia escriturada	5.530.119,07	240.701,13	5.770.820,20

No exercício, foi reconhecido como provisão, o valor de 302.500,66 euro referentes a responsabilidades futuras assumidas, com os utentes das valências residenciais. De acordo com os contratos celebrados com estes utentes, a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, obriga-se à prestação de serviços de alojamento, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde básicos, higiene e conforto pessoal e acompanhamento psicossocial.

Foi efetuada uma utilização da provisão no montante de 41.788,69 euros e uma reversão de 20.010,84 euros, relativamente ao processo judicial em curso instaurado por anterior trabalhador em 2021.

8. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

8.1 Subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os subsídios reconhecidos para os períodos de 2024 e 2023, discriminam-se conforme segue:

Subsídio / Projeto	2024			
	Ativo (Outros ativos correntes)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Subsídios relacionados com ativos				
Comiss. Reg.Norte Luta Contra Pobreza	-	-	137.875,20	5.515,01
Programa Operacional Integrar	-	-	124.691,03	4.987,64
Ministério do trabalho e da Solidariedade	-	-	293.531,81	10.049,96
Saúde XXI	-	-	56.000,00	2.000,00
ARS Norte IP (Programa Modular)	-	-	525.000,00	15.000,00
Fundo Rainha Dona Leonor	-	-	140.242,37	3.339,11
Programa Operacional Regional do NORTE 2020	-	-	461.103,64	13.174,39
POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emp	-	-	-	40,94
PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)	-	-	16.250,14	19.583,33
Fundação " La Caixa"" Immersive Room"	-	-	34.335,00	1.907,50
Câmara Municipal de Santo Tirso	-	-	16.916,66	291,67
PRR - NextGeneration EU - Sistema VRV - CRR	137.508,70	-	196.441,00	-
	137.508,70	-	2.002.386,85	75.889,55



2024				
Subsídio / Projeto	Ativo (Outros ativos correntes)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Subsídios relacionados com rendimentos				
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	-	-	-	147.484,09
Pessoas FSE+000948000 Centro de Emergência	127.601,27	41.340,37	-	128.714,01
Instituto de Emprego e Formação Profissional	-	-	-	3.971,99
Câmara Municipal de Santo Tirso	-	23.875,14	-	29.348,91
Outros	6.980,35	6.980,35	-	4.000,00
	134.581,62	72.195,86	-	313.519,00

2023				
Subsídio / Projeto	Ativo (Outros ativos correntes)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Subsídios relacionados com ativos				
Comiss. Reg.Norte Luta Contra Pobreza	-	-	143.390,21	5.515,01
Programa Operacional Integrar	-	-	129.678,67	4.987,64
Ministério do trabalho e da Solidariedade	-	-	303.581,77	10.049,96
Saúde XXI	-	-	58.000,00	2.000,00
ARS Norte IP (Programa Modular)	-	-	540.000,00	15.000,00
Fundo Rainha Dona Leonor	-	-	143.581,48	3.339,11
Programa Operacional Regional do NORTE 2020	-	-	474.278,03	13.174,39
POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emp	-	-	40,94	1.272,19
PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)	15.000,00	-	35.833,47	10.000,00
Fundação " La Caixa" Immersive Room"	7.630,00	-	36.242,50	1.907,50
Câmara Municipal de Santo Tirso	-	-	17.208,33	291,67
	22.630,00	-	1.881.835,40	67.537,47

Subsídios relacionados com rendimentos				
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	105.493,67	16.244,78	-	2.951.732,45
ARS (Acordos Cooperação)	225.735,09	-	-	1.352.460,70
POISE – 03-4437-FSE -000185	-	-	-	47.040,00
Instituto de Emprego e Formação Profissional	17.741,94	3.778,90	-	40.837,52
Câmara Municipal de Santo Tirso	42.975,00	42.975,06	-	15.831,25
Outros	6.980,35	6.980,35	-	-
	398.926,05	69.979,09	-	4.407.901,92



9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

9.1 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2024			31.12.2023		
	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Fundo de compensação do trabalho	46.576,36	-	46.576,36	46.576,36	-	46.576,36
Outros	7.406,85	-	7.406,85	7.703,87	-	7.703,87
Investimentos financeiros	53.983,21	-	53.983,21	54.280,23	-	54.280,23
Clientes	618.048,20	-	618.048,20	535.356,48	-	535.356,48
Utentes	140.662,83	-	140.662,83	144.702,18	-	144.702,18
Créditos a receber	758.711,03	-	758.711,03	680.058,66	-	680.058,66
Quotas	9.575,00	-	9.575,00	6.677,50	-	6.677,50
Irmãos	9.575,00	-	9.575,00	6.677,50	-	6.677,50
Devedores por acréscimos de rendimentos	17.545,54	-	17.545,54	16.828,37	-	16.828,37
Comparticipações Segurança Social	25.767,82	-	25.767,82	105.493,67	-	105.493,67
Comparticipações ARS Norte	124.095,82	-	124.095,82	157.515,00	-	157.515,00
Subsídios	290.484,97	-	290.484,97	158.547,38	-	158.547,38
Outros	47.897,05	-	47.897,05	134.658,99	-	134.658,99
Outros ativos correntes	505.791,20	-	505.791,20	573.043,41	-	573.043,41

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2024			31.12.2023		
	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total
Fornecedores, c/c	396.011,39	-	396.011,39	558.801,40	-	558.801,40
Fornecedores	396.011,39	-	396.011,39	558.801,40	-	558.801,40
Empréstimos bancários	114.446,76	1.159.916,58	1.274.363,34	448.446,76	1.265.363,34	1.713.810,10
Financiamentos obtidos	114.446,76	1.159.916,58	1.274.363,34	448.446,76	1.265.363,34	1.713.810,10
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídio de férias	1.084.370,60	-	1.084.370,60	1.043.815,48	-	1.043.815,48
Credores por acréscimos de gastos - outros	54.118,73	-	54.118,73	43.916,69	-	43.916,69
Fornecedores de investimentos	60.515,89	-	60.515,89	106.512,96	-	106.512,96
Valores à guarda - Utentes	360.274,74	-	360.274,74	306.203,67	-	306.203,67
Outros credores	43.083,58	-	43.083,58	57.411,11	-	57.411,11
Outras dívidas a pagar	1.602.363,54	-	1.602.363,54	1.557.859,91	-	1.557.859,91



9.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais

	31.12.2023	Aplicação do resultado líquido	Realização excedente	Aumentos	Diminuições	31.12.2024
Fundos	3.117.461,88	-	-	-	-	3.117.461,88
Resultados transitados	1.850.336,23	(742.581,58)	305.528,01	-	-	1.413.282,66
Excedentes de revalorização	19.227.594,72	-	(305.528,01)	-	-	18.922.066,71
Subsídios	1.881.835,40	-	-	196.441,00	(75.889,55)	2.002.386,85
Doações	2.385.684,23	-	-	21.173,68	-	2.406.857,91
Resultado líquido do período	(742.581,58)	742.581,58	-	-	(288.487,83)	(288.487,83)
	27.720.330,88	-	-	217.614,68	(364.377,38)	27.573.568,18

10. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

10.1 Número médio de empregados durante o período

	2024	2023
Início do período	417	406
Fim do período	409	417
Média do período	416	417

10.2 Gastos com o pessoal

	2024	2023
Vencimentos e salários		
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	6.323.261,72	5.966.719,94
Encargos com segurança social		
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	1.292.269,66	1.223.896,21
Indemnizações	8598,64	6.174,30
Seguros	48.500,04	46.014,53
Outros	29.542,72	32.219,77
	7.702.172,78	7.275.024,75



11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

11.1 Autorização para emissão

As Demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pela Mesa Administrativa em 3 de março de 2025.

11.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

12. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
A Instituição não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
A Instituição não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

13. OUTRAS DIVULGAÇÕES

13.1 Serviços prestados

	2024	2023
Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	2.798.871,03	2.730.890,07
Quotas e jóias	9.652,50	69.262,50
Internamentos, Consultas, Urgências e Enfermagem	462.825,25	420.560,56
Meios Complementares de Diagnostico e Terapêutica	132.951,77	138.583,19
Medicina Física e de Reabilitação	1.196.138,45	1.129.018,52
Instituto da Segurança Social (Acordos de Cooperação)	2.978.450,03	-
ARS (Acordos de Cooperação)	1.461.843,16	-
Unidade de transição	444.520,00	409.436,00
Outros	92.595,46	75.312,97
	9.577.847,65	4.973.063,81

13.2 Estado e outros entes públicos

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o valor acrescentado	72.784,87	73.639,70
Total ativo	72.784,87	73.639,70



	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	62.640,67	62.521,69
Imposto sobre o valor acrescentado	45.469,40	17.004,92
Contribuições para a Segurança Social	272.125,48	258.385,66
Outros	-	-
Total passivo	380.235,55	337.912,27

13.3 Caixa e depósitos bancários

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	3.129,33	2.447,17
Depósitos à ordem	970.285,06	1.103.831,66
Depósitos a prazo	252.211,37	252.195,89
	1.225.625,76	1.358.474,72

13.4 Diferimentos

	31.12.2024	31.12.2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	16.776,78	19.565,69
Outros	19.783,23	22.489,15
	36.560,01	42.054,84

	31.12.2024	31.12.2023
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios	72.195,86	69.979,09
	72.195,86	69.979,09



13.5 Fornecimentos e serviços externos

	2024	2023
Subcontratos		
Área saúde	260.899,49	249.663,80
Outros	12.332,50	13.142,50
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	148.789,93	150.471,16
Publicidade e propaganda	2.590,13	1.867,76
Vigilância e segurança	5.463,89	4.718,46
Honorários	240.042,82	220.119,75
Conservação e reparação	78.078,35	55.270,77
Serviços bancários	6.248,82	5.877,54
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	33.286,00	44.837,13
Livros e documentação técnica	1.809,55	751,88
Material de escritório	18.089,93	28.528,75
Artigos para oferta	2.827,00	3.957,84
Ferramentas Informáticas	1.072,00	2.993,23
Rouparia	10.751,36	11.675,25
Energia e fluídos		
Eletricidade	159.988,49	64.017,75
Combustíveis	24.249,24	22.897,86
Água	34.463,81	32.238,78
Outros	326.350,71	336.280,54
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	3.712,04	4.414,19
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	22.791,88	22.401,13
Comunicação	28.220,17	29.225,24
Seguros	36.103,90	22.568,57
Limpeza, higiene e conforto	436,65	436,65
Outros serviços	17.597,00	17.451,37
Encargos com Utentes		
Encargos de saúde	55.360,92	55.174,63
Jornais e revistas	1.996,00	3.449,00
Material didático	2.668,91	2.902,80
Outros encargos	9.436,96	11.741,07
	1.545.658,45	1.419.075,40

13.6 Outros rendimentos

	2024	2023
Rendimentos suplementares	572.384,98	573.087,54
Descontos de pronto pagamento obtidos	155,07	20,23
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	492.222,01	432.974,91
Imputação de subsídios para investimentos	76.878,07	67.537,47
Correções relativas a períodos anteriores		
Diferencial Apurado Segurança Social	28.322,73	8.101,18
ARS Norte - Diferencial Retroativos	32.111,25	-
Subsídios conhecidos no ano corrente	94.501,59	44.153,87
Outras	7.131,31	26.410,52
Outros	34.444,44	34.559,00
	1.338.151,45	1.186.844,72



13.7 Outros gastos

	2024	2023
Impostos		
Outros	2.705,69	1.793,12
Correções relativas a períodos anteriores	145.506,94	28.063,07
Quotizações	3.870,00	3.870,00
Outros	23.182,33	7.011,24
	<u>175.264,96</u>	<u>40.737,43</u>

13.8 Juros e gastos similares suportados

	2024	2023
Empréstimos obtidos de médio longo prazo	39.330,66	38.221,54
Contas corrente		
Locações financeiras	-	49,14
Outros	3.524,86	8.940,33
	<u>42.855,52</u>	<u>47.211,01</u>

Santo Tirso, 3 de março de 2025

A Contabilista Certificada

Ulara Ret

A Mesa Administrativa

Associação das Misericórdias de Santo Tirso
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 37.069.558 euros e um total de fundos patrimoniais de 27.573.568 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 288.488 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO**, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na nota 2.3 do anexo, a Comissão de Normalização Contabilística emitiu uma orientação sobre o enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, tendo estabelecido que nos casos em que o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços. Assim, os valores relativos a estes acordos, anteriormente classificados na rubrica "Subsídios, doações e legados à exploração" foram reclassificados para a rubrica "Vendas e serviços prestados".

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 3 de março de 2025

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC

Representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA (ROC nº 698)
Registado na CMVM com o nº 20160338

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. No âmbito das competências e deveres que estatutariamente lhe estão atribuídos, nos termos do disposto das alíneas a) e b) do número um do art.º 31 do Compromisso, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Irmandade e Santa casa da Misericórdia de Santo Tirso (adiante designada por Misericórdia), apresentados pela Mesa Administrativa, relativamente ao exercício de 2024.
2. O Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da Misericórdia, da atividade desenvolvida ao longo deste 139.º ano da sua existência, designadamente mediante reuniões e contactos com a Mesa Administrativa. Dispôs ainda da documentação que considerou necessária e obteve da Mesa e dos Serviços todos os esclarecimentos solicitados.
3. O Conselho Fiscal verificou a forma como a Misericórdia obteve e aplicou os recursos bem como geriu o seu património nos diversos projetos realizados, descritos no Relatório de Atividades, procedeu à análise das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e indagou sobre o sistema organizativo implantado na Misericórdia e o recurso a prestação de serviços por parte de diversas áreas de especialidade, bem como o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis.
4. Foram debatidas com os Auditores as questões fundamentais decorrentes da auditoria realizada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Henrique, Duarte & Gonçalves, SROC tendo-se considerado que essa auditoria foi realizada com total independência. Foi também apreciado o teor do Certificação Legal das Contas emitido na modalidade sem reservas, o qual mereceu o acordo do Conselho Fiscal.
5. Foram debatidos com a Direção Geral da Instituição o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2024, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis ao setor não lucrativo, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da Misericórdia.
6. Em consequência do acompanhamento e das análises efetuadas, o Conselho Fiscal considera que a Misericórdia foi gerida de acordo com as disposições legais e em conformidade com os fins estatutários e que o Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024 (balanço,

demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas anexas às demonstrações financeiras) transmitem adequadamente a atividade desenvolvida pela Misericórdia em 2024 e a sua situação patrimonial com referência ao final do ano.

7. No decurso da fiscalização efetuada, o Conselho Fiscal dispôs de todas as condições para desempenhar a sua função sem quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Misericórdia, por parte dos seus Mesários, Colaboradores ou outros.

8. O Conselho Fiscal agradece à Mesa Administrativa, aos Serviços e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

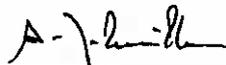
9. Face ao acima referido, **o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:**

a) O Relatório da Mesa Administrativa e as Contas do exercício de 2024;

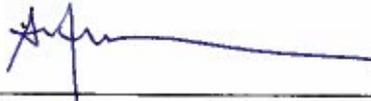
b) A proposta de aplicação de resultados formulada pela Mesa Administrativa no seu relatório.

Santo Tirso, 05 de março de 2025

O CONSELHO FISCAL



António Jorge Pereira Ribeiro (Presidente)



Artur Manuel Cunha Guimarães Santoalha (Vice-Presidente)



Albino Agostinho Martins Sousa (Secretário)

